



PROJETO DE LEI Nº036/2021, DE 16 DE JULHO DE 2021.

**ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 166/2004, DE 17/03/2004,
QUE DISPÕE SOBRE A LEI DE DIRETRIZES URBANAS.**

EUCLIDES JOÃO MUTERLLE, Prefeito Municipal de Maximiliano de Almeida, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o § 6º do art. 83 da Lei Municipal nº 166/2004 e acresce os §§ 7º e 8º ao mesmo dispositivo legal, com a seguinte redação:

Art. 83.

(...)

§ 6º Será obrigatória a reserva de uma faixa mínima não edificável ao longo das:

- a) águas correntes e dormentes e da faixa de domínio das ferrovias de 15 m (quinze metros) de cada lado;
- b) faixas de domínio público das rodovias de 5 m (cinco metros) de cada lado.

§ 7º A infraestrutura básica dos parcelamentos é constituída pelos equipamentos urbanos:

- I - escoamento das águas pluviais;
- II - iluminação pública;
- III - esgotamento sanitário;
- IV - abastecimento de água potável;
- V - energia elétrica pública;
- VI - vias de circulação;
- VII - pavimentação em paver ou asfalto;
- VIII - soluções de acessibilidade.

§ 8º A infraestrutura básica dos parcelamentos situados nas zonas habitacionais declaradas por lei como de interesse social (ZHIS) consistirá, no mínimo, de:

- I - vias de circulação;
- II - escoamento das águas pluviais;
- III - rede para o abastecimento de água potável;
- IV - iluminação pública;

Danieli Fevri



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Maximiliano de Almeida

V - soluções para o esgotamento sanitário e para a energia elétrica.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
MAXIMILIANO DE ALMEIDA, 15 DE JULHO DE 2021

EUCLIDES JOÃO MUTERLLE
PREFEITO MUNICIPAL



EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
PROJETO DE LEI Nº 036/2021

Maximiliano de Almeida, RS, 15 de julho de 2021.

Senhor Presidente, Vereadoras e Vereadores.

Encaminhamos a essa Casa Legislativa, para a devida apreciação e votação das Vereadoras e Vereadores o presente Projeto de Lei, que tem por finalidade a ALTERAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 166/2004, DE 17/03/2004, QUE DISPÕE SOBRE A LEI DE DIRETRIZES URBANAS.

A proposta altera a Lei Municipal referida para modificar o art. 83, adequando-o às leis federais recentemente promulgadas e acrescentando exigências no tocante aos critérios de implementação de loteamentos no município de Maximiliano de Almeida - RS.

As modificações acima descritas visam adequar e padronizar as exigências de infraestrutura dos loteamentos visando uma melhor qualidade de vida aos munícipes adquirentes destes imóveis e adequar a legislação omissa nos pontos que ora se acrescenta.

As alterações legislativas não vão gerar qualquer aumento de despesa.

Diante das justificativas apresentadas, solicitamos seja dado o trâmite adequado ao presente Projeto de Lei em caráter de urgência, conforme disposições da Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno dessa Casa.

Atenciosamente.

EUCLIDES JOÃO MUTERLLE
PREFEITO MUNICIPAL

Ilmo. Sr.

Ver. CLÁUDIO GRANDO

DD. Presidente do Poder Legislativo Municipal
Maximiliano de Almeida - RS

CAPÍTULO XIV - DA IDENTIFICAÇÃO DOS PRÉDIOS

Art. 81. A numeração de qualquer prédio ou unidade habitacional será estabelecida pela Prefeitura Municipal, após o proprietário requerer por escrito.

Art. 82. Constitui-se obrigação para o proprietário à fixação da placa de numeração em local visível da rua.

LM
Nº 166/2004

CAPÍTULO XV - DOS LOTEAMENTOS

Art. 83. Os loteamentos na área urbana de Maximiliano de Almeida obedecerão aos seguintes critérios:

§ 1º Os terrenos comuns (residenciais, comerciais ou mistos), terão que possuir área mínima de 150,00m² (cento e cinquenta metros quadrados) e testada mínima de 5,00m (cinco metros).

§ 2º Os quarteirões deverão ser preferencialmente retangulares, observando-se a largura mínima de 40 m (quarenta metros) e máxima de 80 m (oitenta metros) e, comprimento entre o mínimo de 80 m (oitenta metros) e o máximo de 150 m (cento e cinquenta metros). (NR)(redação estabelecida pelo art. 1º da Lei Municipal nº 388, de 30.07.2009)

§ 3º A porcentagem de áreas públicas, para o sistema viário, para equipamentos urbanos e equipamentos comunitários não poderá ser inferior a 35% (trinta e cinco por cento) da área total a ser loteada, salvo os loteamentos industriais cujos lotes forem maiores de 15.000m² (quinze mil metros quadrados) caso em que a porcentagem poderá ser reduzida.

§ 4º Do percentual previsto no parágrafo anterior, deverá ser destinada área não inferior a 12% (doze por cento), exclusivamente, para áreas verdes e equipamentos comunitários. (NR)(redação estabelecida pelo art. 1º da Lei Municipal nº 732, de 22.05.2015)

§ 5º As áreas existentes na gleba a ser loteada de preservação permanente (matas e florestas) poderão ser aproveitadas até 40% (quarenta por cento) delas para áreas públicas.

§ 6º Será obrigatória a reserva de uma faixa mínima "non identificandi" ao longo das:

- a) águas correntes 5 m (cinco metros) de largura partindo da lateral do rio, de cada lado;
- b) das águas dormentes a das fixas de domínio publico das ferrovias, dutos e rodovias - 15m (quinze metros) de cada lado.

~~Art. 83.-(...)~~

~~§ 4º As áreas destinadas a equipamentos comunitários não poderão ser inferiores a 5% (cinco por cento) da área total a ser loteada. (NR) (redação estabelecida pelo art. 1º da Lei Municipal nº 388, de 30.07.2009)~~

~~Art. 83.-(...)~~

~~§ 2º O comprimento dos quarteirões deverão preferencialmente ser retangulares, com largura entre o mínimo de 60m (sessenta metros) e o máximo de 80m (oitenta metros) lineares, e, o comprimento entre o mínimo de 80m (oitenta metros) e o máximo de 150m (cento e cinquenta metros) lineares.~~

~~§ 4º As áreas destinadas a equipamentos comunitários não poderão ser inferiores a 10% (dez por cento) da área total a ser loteada. (redação original)~~

CAPÍTULO XVI - DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Art. 84. Somente profissionais habilitados e devidamente inscritos no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura serão responsáveis técnicos por projetos de edificações e suas especificações.

Art. 85. A responsabilidade civil por todos os serviços de engenharia e arquitetura cabe aos seus proprietários e seus responsáveis técnicos.